



Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

CULTURAS ARVENSES
AVES
SUÍNOS

VALORES ESTRATÉGICOS
PARA O SECTOR
AGRÍCOLA NACIONAL

Natural.PT | 4

Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza

Bem-Estar Animal no Sector Avícola | 6

Presidente do Grupo de Trabalho Bem-Estar Animal do Copa-Cogeca

- 3** EDITORIAL
Vitalidade no Sector Agrícola
 Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP
- 4** DOSSIER CENTRAL
Natural.PT
 Miguel de Castro Neto | Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza
Bem-Estar Animal no Sector Avícola
 Per Olsen | Presidente do Grupo de Trabalho Bem-Estar Animal do Copa-Cogeca
Entrevista – A Produção de Milho em Portugal
 Joaquim Pedro Torres | Valinveste/AgroGlobal
A Inseminação Artificial na Evolução do Sector Suinícola
 Carla Martins | Departamento Técnico AIM CIALA, SA – Centro de Inseminação do Litoral Alentejano
Entrevista – Papoila Branca: Uma Cultura de Sucesso no Alentejo
 José Saramago de Brito | Sociedade Agrícola Saramago de Brito
- 13** PUBLICIDADE
Formação Especializada Jovens Agricultores
- 14** SER JOVEM AGRICULTOR
 Hugo Alves
- 16** SER JOVEM EMPRESÁRIO RURAL
 Francisco Pereira e Filipe Macieira
- 18** COOPERAÇÃO
O Papel de Macau como Plataforma de Serviços Agrícolas entre a China e os Países de Língua Portuguesa
 Rita Santos | Secretária-Geral Adjunta do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)
- 19** PUBLICIDADE
SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
- 20** REFERÊNCIAS ASSOCIATIVAS
Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses
 Hélio Carreiro | Presidente da Direcção da Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses
Porco Preto – DL N.º 95/2014 de 24 de Junho
 ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano
- 22** AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
Sobre a Importância dos Efluentes Pecuários na Fertilidade dos Solos
 António José dos Santos | Administrador do GRUPO VALOURO
- 24** INVESTIGAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
Fruitgrading – Uma Solução de Baixo Custo para o Sector da Fruta
- 25** INTERNACIONALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO
Portugal Agro – Feira Internacional da Agricultura e das Regiões
 Fátima Vila Maior | Directora de Área de Feiras da AIP – Feiras, Congressos e Eventos, Responsável pelo Portugal Agro
- 26** ASSOCIATIVISMO
AJAP Assina Parceria com Portugal Agro
Projecto “Jovem Agricultor em Rede” Divulgado na Feira Nacional de Agricultura
AJAP entre as Personalidades que se Destacaram em Portugal e no Estrangeiro
 Centro de Frutologia Compal Distingue Projectos da Academia 2013/14
- 27** AGRICULTURA FAMILIAR
Agricultura Familiar – Comemorações do Presente/Efeitos a Médio Longo Prazo
 Firmino Cordeiro | Director-Geral da AJAP
- 28** PUBLICIDADE
Portugal Agro



Ricardo Brito Paes | Presidente da AJAP

VITALIDADE NO SECTOR AGRÍCOLA

É com enorme satisfação que a AJAP vem assistindo ao crescente sucesso que as feiras agrícolas de cariz mais regional, ou até mesmo mais sectorial, vão tendo. É a prova que o sector está vivo, dinâmico e em constante transformação e renovação. Só assim se justifica a elevada afluência de público do sector (profissionais) a visitar as mesmas. Estas já não são apenas um lugar de encontros, mas sim de negócios e de aprendizagem onde se trocam experiências e conhecimentos.

Neste contexto, não podemos deixar de fazer referência à Portugal Agro, que será, em muitos anos, a primeira feira 100% “rural”, a ser realizada em Lisboa, onde se pretende juntar todos os agentes envolvidos. Facto este que tem sido alvo de várias críticas por parte de algumas pessoas, pois consideram que uma feira com esta dimensão, e com uma mostra tão grande do sector agrícola e da ruralidade, fica “mal” num meio citadino. No entanto, serão porventura essas mesmas pessoas que valorizam as acções de propaganda de grandes cadeias de distribuição nos mesmos meios citadinos, onde alguns famosos e outros podem ir “brincar à agricultura”, como iniciativas pedagógicas que mostram aos mais pequenos que as alfaces vêm da terra e que os frangos têm cabeça é de facto interessante, mas a realidade é que a nossa agricultura está num outro patamar. A mim apetece-me dizer “que pequenez de pensamento”!

Se o sector está em crescente, tem que estar nos grandes palcos, e temos todos que estar envolvidos nestas iniciativas. É um reconhecimento merecido e justo que a Agricultura Nacional merece, pecando por tardio, mas sem dúvida que o ditado popular aqui se aplica, “mais vale tarde que nunca”! Parabéns pela iniciativa, e a AJAP é parceira com todo o gosto.

Ricardo Brito Paes

Ficha Técnica

Propriedade, Redacção e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Director Ricardo Brito Paes

Coordenação Departamento de Comunicação

Redacção Departamento Técnico

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Olga Sereno

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio





Miguel de Castro Neto | Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza

NATURAL.PT

A racionalidade na utilização dos recursos naturais e a proteção do ambiente como condições essenciais ao bem-estar das populações constituem pilares de um desenvolvimento territorial sustentável, conforme foi reconhecido na Conferência do Rio +20, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2012.

Com este desiderato, a reforma do ordenamento do território em curso abrange não apenas medidas legislativas – das quais se destaca a Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – mas também iniciativas que visam promover o crescimento económico e a coesão territorial assegurando que os recursos naturais continuam a fornecer os serviços ambientais essenciais ao bem-estar humano de que é exemplo a identificação, quantificação e valoração económica dos serviços dos ecossistemas, incluindo a produção de matérias-primas, a produção de alimentos e as oportunidades de recreio e turismo.

Conscientes que as atividades económicas e a conservação da biodiversidade constituem dois pilares indissociáveis do crescimento verde, a estratégia Natural.PT visa o desenvolvimento económico das áreas classificadas, através da oferta de produtos e serviços reconhecidos numa identidade única, permitindo assim valorizar e proteger a biodiversidade aí existente. Esta alteração do paradigma das áreas classificadas, criando as condições necessárias para o desenvolvimento económico e social das suas populações residentes é uma

forma de reafirmar que viver e trabalhar numa área classificada poderá ser e será uma oportunidade!

Abrangendo todas as áreas protegidas, num total de 84 concelhos, incluindo 685 mil hectares de área terrestre e 54 mil hectares de área marinha, a aposta na estratégia Natural.PT permite o desenvolvimento do interior e dos territórios de baixa densidade.

“A racionalidade na utilização dos recursos naturais e a proteção do ambiente como condições essenciais ao bem-estar das populações constituem pilares de um desenvolvimento territorial sustentável...”

Distinguir o que nos diferencia é o objetivo geral da marca Natural.PT “Património Vivo”. Assim, a Natural.PT visa a promoção integrada do território, dos produtos e dos serviços existentes na Rede Nacional das Áreas Classificadas e na sua envolvente próxima e que com elas partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos. Esta é uma iniciativa âncora para o desenvolvimento económico de territórios tradicionalmente associados a fortes condicionantes de ocupação territorial.

Assim, as pequenas empresas, o sector turístico e a produção local, nomeadamente a agrícola, terão agora uma plataforma nacional que promoverá os seus produtos e serviços apoiando-os e garantindo a sua visibilidade.

A elaboração da estratégia Natural.PT baseou-se no trabalho de diagnóstico e análise das atividades existentes nas áreas protegidas, desenvolvido em articulação com os diferentes sectores da Administração Pública Central e Local e amplamente debatido junto dos agentes locais. Foram ainda identificadas boas práticas nacionais e internacionais com



marcas já desenvolvidas e com ligação a espaços naturais, onde se procurou também avaliar os resultados obtidos com a sua implementação no terreno.

Numa perspetiva de viabilidade económico-financeira, considerando as tendências de mercado no segmento de turismo de natureza, foi avaliada a oferta e a procura atual da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Classificadas. Esta informação foi ainda enriquecida e complementada com dados que permitiram caracterizar a procura turística real e atual nessas áreas, incluindo dados quantitativos de postos de turismo e de outros locais de acolhimento de visitantes e turistas.

Assim, são criados instrumentos promocionais agregadores da oferta territorial, designadamente, uma plataforma na Web e aplicações móveis, de forma a aumentar a visibilidade destes territórios e dos seus produtos e serviços, o que permite uma atuação em rede e com impacto no seu crescimento e sustentabilidade. Uma maior visibilidade permite um aumento de número de visitantes e, conseqüentemente, das receitas diretas, incrementando-se, assim, a economia local e promovendo atividades com preocupações alinhadas com os valores Natural.PT.

A gestão da Natural.PT é da responsabilidade do ICNF, com apoio dos seus serviços regionais, e com o acompanhamento e trabalho de proximidade desenvolvido pelas Plataformas Locais de Operacionalização e Gestão, constituídas por entidades locais que já trabalham nestes territórios e com papel ativo no apoio ao desenvolvimento local – como autarquias, associações de desenvolvimento local, comunidades intermunicipais, entidades regionais de turismo, entre outros.

Apostando nas novas tecnologias e simplicidade administrativa, o processo de adesão compreende critérios específicos para as diferentes tipologias dos candidatos à Natural.PT, como os serviços de apoio à atividade turística, os produtos identitários (agroalimentares, artesanais e imateriais), os produtos de conhecimento e investigação e por último os de território (projetos e atividades locais).

Para além do cumprimento das condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade e da sua situação regularizada face à administração fiscal e à segurança social, todas as tipologias de atividade terão de ter sede, ou instalações, localizadas no território da área classificada ou no concelho em que esta se insere, ou exercer atividade autorizada para operar numa área classificada.

As entidades aderentes terão ainda de participar numa ação de capacitação anual com vista ao adequado conhecimento da estratégia, território de abrangência, entidades aderentes, entre outras informações que se considerem úteis para a operacionalização da Natural.PT. Neste sentido, e por forma a ampliar as ofertas personalizadas às exigências de cada cliente, é constituído um “ponto de informação Natural.PT”, que deve garantir a informação adequada sobre a área protegida e os diversos produtos e serviços associados à marca e, sempre que possível, o encaminhamento dos visitantes para as diferentes ofertas Natural.PT.

Na estratégia Natural.PT foram ainda identificados, no âmbito do novo período de programação financeira, Portugal 2020, os instrumentos de apoio financeiro capazes de alavancar estas oportunidades de negócio, numa aposta estruturada na criação de “uma rede de destinos de turismo da natureza que valorize espaços naturais classificados”.

Constitui-se, assim, uma rede de territórios e atividades, assente em produtos e serviços de excelência, com uma estratégia de promoção conjunta e coerente. A preservação e valorização do património natural e cultural do país e das suas regiões são garantidas pelo correto planeamento territorial e por uma aposta no desenvolvimento económico valorizador deste património.

Investir na ECONOMIA VERDE é criar novas oportunidades de crescimento, tanto de mercados como de emprego, de fixação de populações e de captação de investimentos. É neste contexto que a Natural.PT se assume como uma medida integrada capaz de promover o desenvolvimento dos territórios abrangidos pelas áreas classificadas.



Per Olsen | Presidente do Grupo de Trabalho Bem-Estar Animal do Copa-Cogeca

BEM-ESTAR ANIMAL NO SECTOR AVÍCOLA

O COPA-COGECA é a voz geral dos agricultores e cooperativas agrícolas da União Europeia. Juntos asseguram que a agricultura da UE é sustentável, inovadora e competitiva, garantindo a segurança alimentar a 500 milhões de pessoas em toda a Europa. O COPA representa mais de 13 milhões de agricultores, e suas famílias, enquanto o COGECA representa os interesses de 38 mil cooperativas agrícolas.

A missão do COPA-COGECA é bastante simples mas muito importante: defender os interesses gerais da agricultura, manter e desenvolver as instituições da UE, bem como, juntamente com organizações representativas a nível da UE, encontrar soluções que sejam de interesse comum. O COPA-COGECA tem na totalidade 72 membros e 34 organizações parceiras, incluindo 38 membros dos novos Estados-Membros. O COPA-COGECA está organizado em 45 Grupos de Trabalho que lidam com as evoluções do mercado e de políticas. Os Grupos de Trabalho visam concertar posições do COPA e do COGECA sobre diversos temas, tais como: matérias-primas, assuntos cooperativos, desenvolvimento rural, biotecnologia, ambiente, saúde e bem-estar animal.

No dia 19 de Janeiro de 2012, a Comissão Europeia publicou uma nova estratégia para a protecção e bem-estar dos animais para o período 2012-2015. Esta nova estratégia visa reforçar algumas das medidas existentes, anteriormente apresentadas como parte do plano de acção 2006-2010, mas também promover uma abordagem mais abrangente melhorando as condições de bem-estar animal na União Europeia. O COPA-

-COGECA saúda esta nova estratégia e contribui activamente para o seu desenvolvimento e implementação. Infelizmente, a estratégia não aborda a questão do bem-estar animal dentro de uma estrutura mais ampla e mais coerente da política da UE, incluindo as políticas ambientais e de alterações climáticas.

A Aplicação dos Regulamentos de Bem-Estar

Os Estados-Membros (EM) são responsáveis por assegurar que os requisitos de bem-estar são aplicados em toda a UE de uma forma consonante. É necessário que os EM assegurem que os recursos financeiros adequados estão disponíveis para fornecer recursos humanos e outros recursos necessários às autoridades competentes de forma a garantir a aplicação da regulamentação de bem-estar. Além disso, têm de implementar um plano de acção. O acompanhamento regular e transparência sobre a implementação a nível nacional são cruciais para o bom funcionamento do mercado interno da UE. Este plano de

acção deve incluir sanções aos produtores não-conformes, tais como: multas, suspensão da actividade, etc. No entanto, de acordo com as regras actuais, os Estados-Membros decidirão a que nível (local, regional, nacional) as taxas são estabelecidas e cobradas, dependendo da organização das suas autoridades competentes.

Bem-estar e Aves

Directiva Frangos de Carne

Em 2007, o Conselho aprovou a Directiva 2007/43/CE, que estabelece normas mínimas relativas à protecção das galinhas

“ A missão do COPA-COGECA é bastante simples mas muito importante: defender os interesses gerais da agricultura, manter e desenvolver as instituições da UE, bem como, juntamente com organizações representativas a nível da UE, encontrar soluções que sejam de interesse comum. ”

destinadas à produção de carne com o objectivo de reduzir a superlotação das explorações avícolas, estabelecendo uma densidade máxima de 33 kg/m², ou 39 kg/m² se forem cumpridos padrões de bem-estar mais rigorosos. Esta legislação estabelece também uma série de outras condições para assegurar um melhor bem-estar animal, tais como iluminação, camas, alimentação e requisitos de ventilação. A Directiva prevê igualmente a possibilidade de a Comissão, eventualmente, introduzir novas medidas no futuro, com base nos dados científicos e evidências práticas recolhidos pelos Estados-Membros. O prazo para a transposição da Directiva para a legislação nacional por todos os Estados-Membros e sua implementação foi Junho de 2010.

Directiva Galinhas Poedeiras

A Directiva do Conselho 1999/74/CE relativa à protecção das galinhas poedeiras, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2012, prevista para que os Estados-Membros garantam que as gaiolas não melhoradas sejam substituídas por gaiolas melhoradas ou sistemas alternativos. Esta Directiva distingue três tipos de sistemas de criação de galinhas poedeiras:

- Gaiolas melhoradas onde as galinhas poedeiras têm pelo menos 750 cm² de superfície de gaiola por galinha poedeira;
- Sistemas de gaiolas não melhoradas, onde as galinhas poedeiras têm pelo menos 550 cm² de superfície de gaiola por galinha;
- Sistemas sem gaiolas com ninhos (pelo menos um para cada 7 galinhas poedeiras), poleiros adequados e onde a densidade animal não ultrapasse 9 galinhas poedeiras por m² de área útil.

As galinhas poedeiras criadas em sistemas de gaiolas melhoradas e em sistemas sem gaiolas também devem ter um ninho, área de poleiro de 15 cm por galinha, cama que permita as galinhas debicar e esgravatar e acesso livre a uma manjedoura com pelo menos 12 cm por galinha poedeira na gaiola.

Impacto no mercado

A legislação em vigor de Bem-Estar Animal na indústria de galinhas poedeiras, tem causado graves perturbações na indústria de ovos, onde o preço dos ovos de casca é 75% maior do que há um ano atrás. A nível europeu estima-se que cerca de 4% das gaiolas continua por converter em sistemas de gaiolas melhoradas.

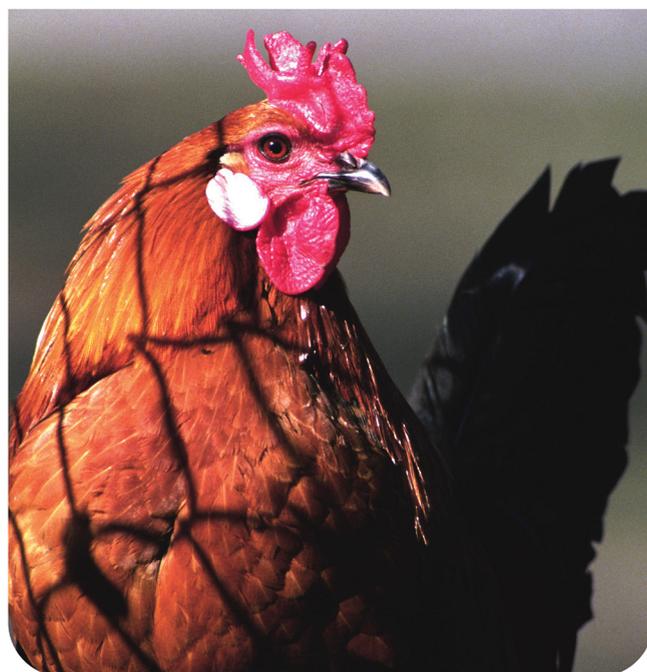
Os agricultores fizeram o seu melhor para garantir que estavam em condições de respeitar o prazo para a eliminação progressiva das gaiolas convencionais. No entanto, alguns agricultores enfrentaram uma série de dificuldades, incluindo a disponibilidade financeira, plano de adaptações - disponibilidade de especialistas de instalação para responder à actual procura -,

autorização de instalações - licença emitida ao abrigo da Directiva IPPC -, e questões de segurança alimentar.

O custo da conversão foi estimado em cerca de 30€ por unidade de espaço, além disso deve ser somado o custo adicional da produção de ovos em gaiolas melhoradas em vez de gaiolas convencionais. Os agricultores deveriam ter direito a apoio financeiro do fundo de Desenvolvimento Rural ou apoios estatais. No entanto, como tem sido frequente, o bem-estar animal nem sempre é uma prioridade nos programas nacionais de desenvolvimento rural e por isso a quantidade de dinheiro alocado tem sido muitas vezes insuficiente ou, em alguns casos, inexistente.

O COPA-COGECA acredita que existem oportunidades orientadas mais para o mercado de bem-estar animal. No entanto, é essencial para os agricultores poderem recuperar os custos adicionais do mercado. Isso requer que os consumidores sejam conscientes das suas responsabilidades e estejam dispostos a pagar por medidas adicionais de bem-estar que vão além da legislação, a par dos esforços para reequilibrar o poder na cadeia alimentar.

Em suma, o COPA-COGECA apoia a aplicação da legislação existente antes dos novos requisitos de bem-estar animal serem sequer considerados. No entanto, são necessários incentivos para garantir que os agricultores sejam devidamente recompensados pelas suas actividades relacionadas com o bem-estar animal e que sejam capazes de cobrir os elevados custos incorridos com o cumprimento dos requisitos legais de bem-estar animal nas explorações agrícolas.





Joaquim Pedro Torres | Valinveste/AgroGlobal

ENTREVISTA - A PRODUÇÃO DE MILHO EM PORTUGAL

1. Não obstante os recentes dados estatísticos referentes à actividade agrícola de 2013 que divulgam aumentos de produção das principais culturas, bem como o decréscimo nos índices de preços dos cereais, como caracteriza a evolução da fileira dos cereais nos últimos anos, em especial a cultura do milho?

Estou mais por dentro da fileira do milho. Uma "corrida" à parte dentro dos cereais. Coincidiram um conjunto de circunstâncias que levaram a um relançamento do investimento na cultura. Um ano de preços, 2012, muito elevados em consequência de uma seca histórica nos EUA conjuntamente com o aparecimento de áreas novas irrigáveis no Alqueva, com resultados produtivos excepcionais, levaram ao aumento de áreas cultivadas. Daí que apesar da retracção de preços na última campanha, as áreas dedicadas ao milho têm vindo a crescer. Com o regresso à "normalidade" dos preços

ou até mesmo, face à possibilidade de grandes produções de milho no hemisfério norte em 2014, termos preços abaixo da média, receio novo abrandamento das áreas de milho. O mercado reage de forma imediata aos estímulos, principalmente aos preços mais recentes dos produtos. Temos a tendência para pensarmos que as situações favoráveis e desfavoráveis o são para o resto da vida. As estatísticas dizem que o normal é alternarem.

2. Portugal não é auto-suficiente em cereais. Quais as principais estratégias que deviam ser adoptadas para que o grau de auto-provisionamento possa atingir valores superiores?

O auto-provisionamento no milho, como em qualquer produto, não deve ser um fim a alcançar a qualquer custo. Interessa-nos aumentar a produção viável a preços de mercado internacional. Se os resultados culturais, directos e indirectos, remunerarem todos os inputs utilizados ao seu custo real, estamos perante uma produção saudável e de indiscutível interesse nacional. Não devemos por isso subsidiar

os factores ou os produtos obtidos para não falsearmos os resultados mas, por outro lado, também devemos levar em conta que agravar administrativamente custos pode "asfixiar" sistemas de produção viáveis. Não sendo especialista na matéria, entendo que é o que se passa com os custos energéticos, sobrecarregados de impostos e taxas. É urgente rever esta situação, pois o seu impacto na evolução das áreas cultivadas é muito grande. Dir-me-ão que isso é verdade relativamente aos países americanos mas não nos afastamos muito de outros países europeus. Acredito, só que o nosso modelo de produção

agrícola, resultado principalmente da necessidade de regar, implica a utilização de energia intensiva. Produzimos mais por unidade de superfície mas gastamos também muito mais energia que os sistemas agrícolas extensivos. Por exemplo nos EUA, onde se produz 40% do milho do mundo, apenas cerca de 15% da área é irrigada.

Numa competição "justa" podemos crescer muito na produção de milho e melhorar significativamente o auto abastecimento pois as produtividades obtidas, principalmente no centro e a sul, são ao melhor nível mundial.

O auto-provisionamento no milho, como em qualquer produto, não deve ser um fim a alcançar a qualquer custo. Interessa-nos aumentar a produção viável a preços de mercado internacional.

3. Como perspectiva o próximo PDR em relação às Medidas de Apoio às Culturas Arvenses, em particular o Milho? Neste sentido considera que a produção de cereais continua a ser uma opção válida em Portugal?

Não tenho dúvidas que sim, no que respeita ao milho.

Sem perceber muito bem a razão, nunca foi uma cultura protegida dos estrategas da nossa agricultura. No entanto, nos últimos 30 anos, foi sem dúvida o motor da adaptação ao regadio em Portugal e isso terá de ser valorizado, até pelo que representa na dinamização das economias regionais. Penso que isso já é visível na área do Alqueva.

Mas a situação de desvantagem, a todos os níveis, relativamente aos seus concorrentes no mercado internacional, vai continuar.

Vejamos:

A agricultura dos EUA é mais subsidiada que a europeia (57% do valor da produção agrícola são ajudas sobre diversas formas. Na Europa 21%).

Dentro da UE temos um dos mais baixos níveis de subsídio por unidade de superfície. Em Portugal, o PDR esqueceu o milho no que respeita a ajudas ligadas.

4. A Feira AgroGlobal é já uma referência no sector. Quais as principais razões para o seu sucesso?

Trata-se de um evento 100% profissional que valoriza simultaneamente o conhecimento de gerações de agricultores e os modernos meios científicos e tecnológicos colocados à disposição dos agricultores por muitas empresas. Os agentes do sector sentem que desta forma a actividade agrícola é valorizada e dignificada.

Mostra, por outro lado, que as escolas dedicadas ao ensino agrícola e organizações de produtores estão hoje bem perto do processo produtivo.

Dá a conhecer a nossa luta dentro da UE para que as nossas especificidades sejam levadas em conta e o esforço para os apoios possam ser aplicados de forma pragmática e simples.

Aborda os aspectos mais actuais de todos os sistemas de produção, mesmo os das zonas menos competitivas, pois não poderemos esquecer que a agricultura tem impacto social e ambiental insubstituível.

E fá-lo de forma diferente, sem o habitual cunho rural/tradicional que domina os nossos certames. Em 3D, no campo excepcional da Lezíria do Tejo, à escala real e de uma forma dinâmica e interactiva.

Penso que são estas razões que levam a que a Agroglobal continue a crescer na sua 4ª edição. Está confirmada a presença de 230 das grandes empresas da cadeia de produção agrícola de forma cada vez mais empenhada e dinâmica.

Bancos, seguradoras, empresas de energia e comunicações também reforçaram a sua presença.

As áreas de terreno trabalhadas aumentaram, haverá mais culturas, os colóquios serão ainda mais dinâmicos e vários acontecimentos de grande importância para o sector terão lugar na Agroglobal 2014.

Por tudo isto:

Esperamos por si nos dias 10, 11 e 12 de Setembro em Valada do Ribatejo.





Carla Martins | Departamento Técnico AIM CIALA, SA - Centro de Inseminação do Litoral Alentejano

A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NA EVOLUÇÃO DO SECTOR SUINÍCOLA

Na evolução da suinicultura nacional a inseminação artificial tem de facto um papel chave. A fundação dos agrupamentos de produtores que, sobretudo na década de noventa se constituíram, tiveram como objetivo a afirmação económica do sector. Estes agrupamentos contribuíram para uma apreciável viragem tecnológica na qual a inseminação artificial se inclui. O ASLA - Agrupamento de Suinicultores do Litoral Alentejano, é um bom exemplo, apostou desde a sua constituição em 1997, no desenvolvimento das práticas de inseminação artificial, constituindo o CIALA - Centro de Inseminação Artificial do Litoral Alentejano, responsável pelo fornecimento de doses seminais aos seus associados.

A evolução do CIALA é uma história de sucesso. Começou com um pequeno centro, com capacidade para 20 varrascos de elevada sanidade, efetuando a venda de doses seminais às explorações dos seus acionistas. Rapidamente as solicitações e a procura a nível nacional conduziram à ampliação do seu serviço. No ano de 2006, por uma necessidade de estratégia e de acompanhamento da evolução da inseminação artificial a nível mundial, surgiu a parceria ASLA/TOPIGS Portugal nascendo a nova empresa AIM CIALA.

A AIM CIALA fornece aos seus clientes não só doses de sémen para inseminação, mas também aconselhamento técnico, formação e apoio na prática reprodutiva. As inovações nas últimas 3 décadas têm sido enormes no que diz respeito à inseminação artificial em suínos. Portugal acompanha a par e passo todas essas evoluções e inovações. Como curiosidade,

podemos afirmar que na gestão de centros de inseminação e processamento de doses seminais, estamos mais avançados que os Estados Unidos da América. A AIM CIALA faz parte do grupo AIM Worldwide, *Artificial Insemination Management*, no qual possui uma parceria técnica, desenvolvendo e otimizando métodos de trabalho e troca de conhecimentos. Esta organização está presente em cerca de 18 países na

Europa e América, e conta com o apoio do TOPIGS Research Center IPG na Holanda, o qual é responsável pela investigação nesta área.

Portugal tem um dos maiores centros de inseminação multi-genéticos da Península Ibérica com a mais moderna tecnologia e uma equipa técnica e humana eficiente. As últimas inovações que surgiram foram a inseminação pós-cervical e as colheitas de sémen automatizadas, inovações essas que a AIM CIALA já possui.

No sentido de melhorar a qualidade, foi implementado em 2006, o Sistema de

Gestão de Qualidade UNE-EN-ISO 9001:2008 para o qual obteve a certificação em 2009, sendo o 1º Centro de Inseminação Artificial certificado em Portugal.

Ao nível genético a evolução também tem sido grande. De referir que a evolução genética é feita ao nível das empresas de genética a nível mundial, que produzem varrascos e fornecem os varrascos aos centros de inseminação. Os parâmetros que mais têm evoluído são a prolificidade, vitalidade, índice de conversão, ganho médio diário, percentagem de carne, qualidade cárnica e também resistência a doenças.

Portugal tem um dos maiores centros de inseminação multi-genéticos da Península Ibérica com a mais moderna tecnologia e uma equipa técnica e humana eficiente.

Atualmente, a AIM CIALA possui centros de inseminação multi-genéticos oficiais, certificados para a produção de doses seminais de suíno. Possui o centro principal em Santiago do Cacém (CIALA), outro na Benedita, o CIABEN, resultante de uma parceria com a Cooperativa de Criadores de Gado da Benedita, e um núcleo satélite em Vendas Novas, o CIANOV. No CIANOV, Centro de Recolha de Sêmen de Vendas Novas, pretende-se formar um núcleo satélite das raças autóctones portuguesas.

A AIM CIALA tem 300 varrascos, distribuídos pelos três centros de inseminação e com uma capacidade de produção de 50.000 doses por mês. Possui cerca de 350 pontos de entrega em Portugal continental e ilhas, tendo vendido em 2013 cerca de 564 mil doses, o que representa cerca de 50% das práticas de inseminação artificial efetuadas no sector.

Na AIM CIALA existe uma solução à medida do produtor, visto que é possível escolher, entre as várias linhas genéticas existentes, aquelas que os produtores preferem e melhor se ajustam aos objetivos da sua exploração. Desde as raças autóctones, como a Raça Bísara ou a Raça Alentejana, até à Landrace, Pietrain ou Duroc, os varrascos existentes têm elevado potencial genético e sanitário.



Na produção, as recolhas já são feitas com equipamentos de recolha automática instalados durante este ano. Após a recolha de sêmen, este é enviado para o laboratório, onde sob condições de elevadíssima higiene, são efetuadas análises de motilidade, qualidade de movimento sendo posteriormente calculado o número de doses a produzir. Após a sua produção e expedição, as doses de sêmen são entregues nas explorações e conservadas à temperatura de 16°C em câmaras de conservação. Para a distribuição, a AIM CIALA dispõe de uma frota de sete viaturas equipadas com câmaras de conservação, com temperatura monitorizada ao minuto, de forma a controlar a rota e a temperatura durante a distribuição, permitindo assim manter os padrões de qualidade das doses seminais. Esta distribuição é assegurada duas vezes por semana com entregas a nível nacional.

Atualmente o CIALA tem em marcha a automatização do laboratório que estará concluída até ao final do ano. Como projetos futuros a AIM CIALA pretende aumentar a capacidade do centro de inseminação de Santiago do Cacém, CIALA, para mais 50 varrascos e pretende também a construção de um laboratório central com elevada tecnologia para o contraste seminal na região de Santiago do Cacém.





José Saramago de Brito | Sociedade Agrícola Saramago de Brito

ENTREVISTA - PAPOILA BRANCA: UMA CULTURA DE SUCESSO NO ALENTEJO

1. A produção de Papoila Branca no Alentejo está inserida num projecto desenvolvido pela DRAP do Alentejo e a indústria farmacêutica estrangeira. Qual o impacto que este investimento pode ter na agricultura da região do Alentejo e mesmo a nível nacional?

A produção de Papoila Branca no Alentejo traz consigo um investimento essencial para o desenvolvimento de uma região que começa a dar os primeiros passos numa agricultura empresarial, de regadio e com potencialidades enormes de se destacar a nível nacional e Europeu.

O projecto da Papoila ao ser dos primeiros projectos a realizar na região, vem criar um grande impacto na região, quer ao nível de infraestruturas a serem construídas de raiz, quer na criação de postos de trabalho directos e indirectos que daí resultarão.

2. A cultura de Papoila Branca para produção de morfina usada para fins medicinais, é ainda uma novidade muito recente em Portugal. Como avalia os primeiros anos desta actividade inovadora? Pode ser já considerada como uma cultura alternativa, ou apenas complementar às tradicionais, como o caso do Milho?

Embora a cultura da Papoila em Portugal já se realize há quatro anos, continua a ser em regime experimental, devido ao facto de a empresa que a introduziu ser Escocesa e ser uma nova cultura em Portugal. Nestes anos os resultados são animadores, já que se têm conseguido boas produções e bons teores de morfina, sendo as colheitas sempre mais precoces do que na Escócia. No meu caso, a cultura da Papoila Branca, será sempre uma cultura complementar, quer às culturas já existentes, quer às novas culturas que com a disponibilidade de água irão surgir,

já que entra muito bem como cultura de rotação nas explorações agrícolas, agora ainda mais com o novo quadro comunitário que assim o exige.

3. De que forma o regadio do Alqueva foi determinante na decisão de implementação desta cultura em detrimento de outras?

O regadio de Alqueva vem transformar toda uma região que até então era uma região de sequeiro e cujo principal problema era a escassez de água nas alturas fundamentais dos ciclos das culturas. Ao disponibilizar a água, o Alqueva contribui para que esse grande problema deixe de existir e assim, com os bons solos existentes na região, as horas de sol e a dimensão da propriedade, conseguiu produzir-se um leque muito grande de novas culturas que até então eram impensáveis de realizar. A Papoila Branca está entre estas novas culturas, apesar de ser uma cultura que não requer muita água no seu ciclo cultural, necessita da mesma em alturas muito específicas, entrando aí o regadio para a otimizar. Devemos ter em atenção ainda o elevado número de horas de sol que leva a que os teores de morfina extraídos da planta sejam bastante elevados e assim viabilizar a cultura da mesma.

4. Pondera a possibilidade de investir em outras culturas sem antecedentes em Portugal? Porquê?

Como já referi, com o Alqueva o problema de água deixa de existir, assim, com as nossas características edafoclimáticas, podemos produzir um leque de culturas muito grande e consequentemente novas em Portugal e na Europa. Assim sendo, acredito que surgirão novas culturas como o caso da Papoila Branca e verificando a adaptação das mesmas e rentabilidade interessante, não hesitarei em investir. No meu caso concreto a agricultura só faz sentido com diversificação de culturas, já que apesar de estar o problema da escassez de água em certas alturas resolvido com o Alqueva, não deixa de ser uma actividade ao ar livre como todos os problemas que possam surgir, já que os anos são todos diferentes, meteorologicamente falando, e portanto o risco de investir na monocultura é muito maior do que a diversificação.



FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Jovens Agricultores



(Formação de Jovens Agricultores para obtenção de competências específicas para desenvolvimento da sua actividade – Portaria 357-A/2008, alínea b) do nº1 - Artº 5º e alterações introduzidas pela Portaria nº 184/2011 de 5 de Maio)

A REALIZAR ATÉ AO FINAL DO ANO

Cursos: **M1 – Formação Básica de Agricultura**
M2 – Formação Específica para a Orientação Produtiva da Instalação
M3 – Formação de Gestão da Empresa Agrícola
M4 – Componente Prática em contexto Empresarial

Destinatários: Jovens Agricultores que submeteram pedidos de apoio no âmbito do PRODER – Acção 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores

Pré-requisitos obrigatórios: Ter submetido projecto de 1ª instalação no site do PRODER

PARTICIPAÇÃO GRATUITA

A formação não tem custos para o formando e será organizada em função das pretensões da maioria dos formandos, portanto, pode ser nos horários e locais mais convenientes, condicionado a um mínimo de inscrições. Deverá indicar nas observações a actividade com maior peso económico no projecto.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Faça a sua inscrição on-line em <http://ajap.no-ip.org/Default.aspx>

Formação financiada pelo FSE e pelo Estado Português



Nome: Hugo Alves

Idade: 33 anos

Habilitações: Licenciatura Arquitectura Paisagista

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Localização geográfica: Trindade - Beja

Orientação Produtiva: Porco Alentejano em extensivo

Mão-de-Obra Permanente: Própria

Ano de criação da empresa: 2010



ENTREVISTA

1. Quais as principais razões que o motivaram a instalar-se na área da suinicultura?

A opção de explorar suínos teve por base sobretudo as especificidades da propriedade caracterizada por terrenos declivosos com afloramentos de xisto, solos delgados e uma muito boa densidade de Azinheira - *Quercus ilex rotundifolia*, e o conhecimento já adquirido sobre o maneio desta espécie animal no que se refere à sua exploração em extensivo.

2. E porquê a escolha da raça autóctone alentejana, Porco Preto?

Como arquitecto paisagista são para mim muito importantes os valores associados à sustentabilidade dos nossos recursos naturais autóctones e o porco alentejano é uma espécie extremamente bem adaptada à paisagem dos montados alentejanos. Para além disso, era para mim importante fazer parte da cadeia de produção de produtos de excelente qualidade, que são um orgulho alentejano, nomeadamente os enchidos e o presunto de porco alentejano.

3. Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a decisão de se tornar Jovem Agricultor?

A medida de apoio a jovem agricultor foi fundamental pois permitiu o encaixe financeiro necessário a quem está a começar tudo do zero e que necessita de adquirir equipamentos e construir todas as infraestruturas. Para além disso, no caso específico do porco alentejano, o retorno financeiro do investimento feito pode demorar cerca de dois anos, pois ao contrário da exploração de outras espécies mais precoces, o animal demora cerca de 14 meses a crescer até possuir tamanho e peso suficiente para entrar na "Montanha", período de 4 meses durante o qual se alimenta da bolota e pastagem do montado.

4. No decurso do processo de Instalação como Jovem Agricultor, recorreu à Assistência Técnica de proximidade? Em caso afirmativo, em que áreas (técnica/comercial/administrativa/contabilística) considera esse apoio mais relevante?

Numa primeira fase, recorri à Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) em Cuba, onde obtive do Eng.º Nelson Figueira apoio técnico no sentido de encontrar a melhor estratégia a

aplicar na propriedade e posteriormente, a elaboração do plano empresarial e respectiva candidatura à medida. No que se refere ao aconselhamento técnico especializado e escoamento de produto, recorri à Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA).

5. A sua formação académica é em arquitectura paisagista. Qual o maior constrangimento que encontrou nesta nova actividade profissional?

Eu diria as temperaturas que se fazem sentir no Verão, pois agora passo mais tempo no campo e menos tempo no escritório. No entanto, ganha-se em qualidade de vida.

6. De que forma o facto de ter formação académica e experiência profissional numa área tão distinta da pecuária contribui para o sucesso da sua actividade agrícola?

Eu não diria que a arquitectura paisagista seja assim tão distinta da pecuária no que se refere à produção em extensivo, pois este tipo de produção depende fortemente da boa gestão do Montado no que se refere à produção de bolotas do Azinho ou Sobro, à protecção do solo, à gestão da água, etc. Ora, como a minha formação me permite perceber de que forma é que esses elementos da paisagem funcionam e se relacionam, este tipo de conhecimento tem sido fundamental para definir estratégia de intervenção para a obtenção de um produto de qualidade e para a mitigação do impacte das condições edafoclimáticas adversas que são características nesta parte do Alentejo.

7. Tendo por base a sua experiência, quais os factores determinantes do sucesso das explorações dos Jovens Agricultores?

Conhecimento aprofundado sobre o tipo de exploração que se está a dirigir, opção por soluções sustentáveis que melhor respeitem os recursos naturais e perseverança na obtenção de objectivos pois a agricultura é uma actividade exigente.

UMA MENSAGEM DE UM JOVEM AGRICULTOR PARA OS JOVENS AGRICULTORES

Fico contente por ler nos jornais que a agricultura é um sector cada vez mais atractivo para os jovens. Boa sorte para os que apostaram nesta actividade.



Nome: Francisco Pereira

Idade: 29 anos

Habilitações: Mestrado em Engenharia Biológica

Nome: Filipe Macieira

Idade: 29

Habilitações: Mestrado em Engenharia Biológica

ACTIVIDADE RURAL

Caracterização genérica da Empresa: Fabrico de Cerveja Artesanal desde 2013. Prémio Start-Up do ano no sector agro-industrial em 2013

Localização geográfica: Vila Verde - Braga

Mão-de-Obra Permanente: 6 pessoas dedicadas ao processo produtivo

Ano de criação da empresa: 2011



ENTREVISTA

1. Quais as principais razões que vos motivaram a tornarem-se Empresários na área da indústria cervejeira artesanal?

A ideia surgiu em 2010 quando o Filipe foi estagiar no final do curso para a República Checa, país de elevada cultura cervejeira onde qualquer habitante entende o produto "cerveja" como nós aqui, em Portugal, entendemos e dinamizamos o produto "vinho". Nessa altura, eu (Francisco) fiquei ligado aqui em Portugal à Indústria Cervejeira num projecto de investigação. Ambos percebemos que estávamos a adquirir conhecimentos na área cervejeira e que em Portugal o mercado estava estagnado do ponto de vista da diversidade. Percebemos que o produto "Cerveja Artesanal" poderia ter um impacto interessante, avançámos para as primeiras experiências nos laboratórios da Uminho e acabámos por ser pioneiros numa área de elevada expansão actual em Portugal. Entretanto, avançámos para a construção de uma Unidade Piloto que dava para produzir 500 l/mês, e continuámos a experimentar novas receitas, sempre usando conhecimentos teóricos que tínhamos adquirido na Uminho. Claro que a perspectiva de criar o próprio negócio foi sempre algo que esteve presente, e tanto eu como o Filipe sempre nos movíamos para atingir os nossos objectivos. Entretanto, as cervejas desenvolvidas foram testadas no mercado (aceitação foi excelente) e em Outubro de 2013 abrimos uma Microcervejaria em Vila Verde, altura em que lançámos a marca LETRA - Cerveja Artesanal Minhota no mercado.

2. Consideram que o facto de a vossa empresa FermentUm, produtora da Cerveja Artesanal Minhota, ser localizada no espaço rural é uma mais-valia? Porquê?

Sim, é sem dúvida uma mais-valia devido à maior proximidade com as pessoas. Estando instalados em Vila Verde conseguimos ter uma maior aproximação aos habitantes da Vila, e serem eles próprios a divulgar o nosso projecto. Também a forte aposta que a Câmara Municipal de Vila Verde está a fazer no nosso projecto como ponto de atracção turística será muito importante para a divulgação da nossa marca no exterior.

3. Quais os principais entraves/obstáculos com que se depararam na criação da vossa empresa? E actualmente?

Os principais obstáculos com a criação da empresa estão relacionados com a obtenção de financiamento total para avanço do projecto. Outro foi a procura de um espaço para a construção da fábrica, também demorou o seu tempo até encontrarmos o sítio que consideramos ideal. Actualmente, e felizmente, a principal dificuldade é dar resposta aos vários pedidos de produto e conseguir, com relativamente poucos recursos humanos, fazer a empresa crescer mantendo elevados padrões de qualidade no produto.

4. Tendo por base a vossa experiência, quais os contributos que um Jovem e a sua actividade profissional pode transportar e implementar no Espaço Rural?

A maior proximidade entre as pessoas e a possibilidade de serem essas pessoas a divulgar os projectos inovadores do território é, sem dúvida um factor importante. Para o território é importante cativar jovens qualificados a implementarem-se no espaço rural, e a nossa empresa é um exemplo pelo facto de apostar 100% em jovens qualificados.

5. A Cerveja Artesanal Minhota – Letra é produzida a partir de cereais estrangeiros. Ponderam, num futuro próximo, utilizar cereais nacionais?

Sim, neste momento os cereais são importados da Bélgica, país de elevada tradição cervejeira e onde conseguimos comprar a maior parte dos maltes de cereal especiais que usamos para produzir as nossas cervejas. Temos interesse em começar a usar cereal português, e decorrem alguns contactos neste momento. A nossa aposta em termos de produção de matérias-primas foca-se mais no lúpulo e estamos neste momento a iniciar um projecto que visa a plantação de lúpulo em Vila Verde no ano de 2015. A Vila tem excelentes condições climatéricas e de território, prova disso é que há cerca de 30/40 anos a estação de tratamento de lúpulo a nível regional estava localizada em Vila Verde, e a plantação desta planta era a grande actividade agrícola da Vila. Com o lançamento da nossa marca, e o aumento do mercado da cerveja artesanal em Portugal, pretendemos voltar a plantar e usar lúpulo 100% português nas nossas cervejas.

6. Quais os planos a médio/longo prazo para a vossa empresa?

Relativamente à LETRA o objectivo passa por cimentar a marca no mercado português, continuando a explorar o mercado através da produção de cervejas de elevada qualidade e direccionadas ao nosso público-alvo. Pretendemos também iniciar em breve a internacionalização da marca e estamos a preparar novas surpresas, que são novas cervejas especiais que serão lançadas com novas Letras do alfabeto.

Relativamente a outros projectos, pretendemos iniciar a plantação do lúpulo em Vila Verde em 2015 e temos programado a realização das I Jornadas de Lúpulo para o dia 30 de Outubro em Vila Verde, onde iremos juntar pessoas ligadas ao lúpulo de todo o país e Espanha.

QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS QUE UM JOVEM DEVE POSSUIR PARA CONSEGUIR TER SUCESSO NO ESPAÇO RURAL?

Não só no espaço rural mas em qualquer espaço, hoje em dia um jovem terá de ter um elevado poder de sacrifício para poder fazer singrar um novo projecto. São necessárias muitas horas de dedicação e empenho, e ser o primeiro a acreditar no seu projecto. Vivemos numa sociedade onde só os projectos de elevada qualidade, que transmitam confiança ao consumidor, é que se manterão no mercado, por isso todos os pormenores são importantes.



Rita Santos | Secretária-Geral Adjunta* do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)

O PAPEL DE MACAU COMO PLATAFORMA DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), sob proposta da China e dos Países de Língua Portuguesa alberga desde 2004, o Secretariado Permanente do Fórum de Macau que celebrou o seu décimo aniversário em 2013. Este ciclo foi unanimemente consagrado como um ciclo de grande afirmação da plataforma de cooperação privilegiada entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A 4ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau realizou-se em Novembro de 2013 e foi o palco para a assinatura do "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" referente ao triénio 2014-2016. À semelhança dos três primeiros Planos de Acção, assinados respectivamente em 2003, 2006 e 2010, o sector agrícola beneficia de uma atenção particular por parte dos Países participantes do Fórum de Macau, sendo objecto de um capítulo específico para o desenvolvimento da "Cooperação no domínio da Agricultura, Pesca e Pecuária" onde se descobre as intenções destes Países que acordam em "promover o intercâmbio e formação de recursos humanos na vertente agrícola assim como elevar a capacitação dos Países de Língua Portuguesa na segurança alimentar fomentando e apoiando a participação do sector empresarial na construção de infra-estruturas nos sectores de produção agrícolas assim como a transferência de tecnologia na indústria de processamento agrícola".

Neste desígnio, o Centro de Formação do Fórum de Macau, tem vindo a empenhar-se para incluir no seu programa anual acções de formação directamente versadas sobre temáticas ligadas ao sector agrícola como "Controlo de qualidade e certificação de produtos", "Protecção Ambiental" ou ainda "Concepção e gestão de iniciativas comunitárias e cooperativas", entre outros recentemente realizados e onde foram abordados temas tão pertinentes como a certificação agrícola, segurança alimentar, consultoria e assistência técnica especializada em projectos agrícolas ou de agricultura biológica etc...

Para além da atenção especial de que o sector agrícola tem vindo a ser objecto no desenvolvimento e formação de

recursos humanos do Centro de Formação do Fórum de Macau, também beneficiou de um destaque especial nas recentes "Oito Medidas" anunciadas pela China como medidas de apoio prioritárias aos Países de Língua Portuguesa no triénio 2014-2016. Assim, pode-se ler na oitava medida que "o Governo da China irá dar prioridade aos sectores de educação e formação, agricultura, protecção ambiental, novas energias para estudar a cooperação trilateral entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a fim de promover em conjunto o desenvolvimento económico dos Países Participantes do Fórum de Macau". O Governo da RAEM, para se dotar de um instrumento de maior efectivação desta medida e de acordo com as orientações do Governo Central, irá criar em Macau 3 Centros, sendo um deles o "Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa" que, em ligação com a criação do "Centro de Distribuição dos Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas dos Países de Língua Portuguesa" e a criação do "Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre os Países Participantes do Fórum de Macau", servirá para consolidar o papel de Macau como plataforma de Serviços entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

O Governo da RAEM encontra-se numa fase de consolidação financeira e com uma estratégia de diversificação da sua economia, pelo que procura desenvolver-se como plataforma de serviços privilegiando a sua ligação aos Países de Língua Portuguesa, no qual os serviços ligados ao sector agrícola poderão ocupar uma verdadeira posição de destaque. A efectivação deste projecto representa um verdadeiro desafio apresentando-se com grandes oportunidades de desenvolvimento para o sector agrícola.

* Indicada pelo Governo da RAEM - Região Administrativa Especial de Macau



SAA | Serviço de Aconselhamento Agrícola
A AJAP é Valor para o Agricultor

ADIRA ao Serviço de Aconselhamento Agrícola

ACONSELHAR

CONDICIONALIDADE

SEGURANÇA NO TRABALHO



PARA VALORIZAR
A SUA EXPLORAÇÃO

CONTACTE O TÉCNICO AJAP DA SUA REGIÃO



Hélio Carreiro | Presidente da Direcção da Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses

ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES MICAELENSES

A Associação dos Jovens Agricultores Micaelenses foi fundada em 1986, em virtude dos jovens agricultores micaelenses de então terem sentido a necessidade de criarem uma instituição que melhor entendesse e defendesse os interesses dos jovens agricultores.

Desde então, tem sido apanágio das diversas direcções desta instituição a preocupação em defender e perspectivar o futuro do sector, que passa necessariamente pelo seu permanente rejuvenescimento.

Tem sido um trabalho árduo e desafiador, a que acresce as especificidades da nossa realidade física, vivemos numa ilha, limitada no seu território e longe do continente europeu, não sendo muitas vezes essa realidade ultraperiférica entendida pelos responsáveis políticos aos vários níveis, como se impunha.

Essa realidade de ilha tem vários custos acrescentados para o exercício da nossa actividade, entre outros destacamos o facto de para importarmos e exportarmos estarmos sempre sujeitos aos custos inerentes ao transporte.

A agricultura micaelense é marcadamente familiar, em que a pequena parcela de terra começa a dar origem a parcelas maiores, assistimos a uma melhoria significativa na qualidade das nossas explorações e das suas dimensões, à introdução de tecnologia e mecanização que são imprescindíveis ao nosso desenvolvimento.

O permanente rejuvenescimento do sector tem permitido uma maior capacidade de resposta aos desafios com que nos temos deparado, à mudança de mentalidades, à melhoria da formação dos recursos humanos, a uma maior receptividade e preocupação ambiental e do bem-estar animal, à inovação e tecnologia, a uma nova visão empresarial.

O sector leiteiro é bem demonstrativo da importância do rejuvenescimento do sector, dado que, nos últimos anos temos conseguido um aumento brutal na qualidade do nosso efectivo leiteiro bem como na quantidade de leite produzido, em virtude do espírito inovador e empreendedor dos nossos jovens.

Hoje assistimos ao redescobrir a Terra, em virtude da crise e da

necessária mudança de hábitos e de modos de vida, o que leva a garantir a permanência dos jovens ligados à terra. Contudo, o futuro da agricultura é incerto, se não forem garantidos modelos de desenvolvimento sustentáveis e que atendam às especificidades de cada local.

A nossa realidade de ilha não permite a nossa expansão horizontal, isto é, a incorporação de novas áreas para aumentarmos a nossa produção, só nos resta a expansão de forma vertical, isto é, incrementar o uso de tecnologia para o aumento da nossa produtividade.

O jovem micaelense, cada vez mais, vai ter dificuldade no acesso ao exercício da actividade, dado que, se verifica uma maior concentração da terra no património do agricultor instalado, verifica-se um aumento da idade da reforma, à ausência de um verdadeiro resgate leiteiro e ao elevado grau de exigência fiscal e segurança social com que somos confrontados no início da nossa actividade.

A agricultura micaelense recebeu incentivos que visaram o seu fortalecimento, foram implantadas políticas para impulsionar o desenvolvimento do sector que é responsável por garantir uma importante fatia na economia micaelense e regional.

No exercício da nossa actividade somos cada vez mais confrontados com a biotecnologia, com os transgénicos e com a agricultura orgânica, para os quais temos que estar disponíveis para tomarmos posições quanto ao recurso ou não aos mesmos.

Não podemos esquecer as alterações climáticas, nomeadamente o aquecimento global, a expansão agrícola em alguns países, pois são situações que merecem ser devidamente ponderadas e acauteladas rapidamente, sendo que, os investimentos futuros no sector deverão ter em conta estas duas situações.

Vivemos numa economia global em que se impõe a necessidade de regulamentar práticas aos diversos níveis, nomeadamente, nas questões ambientais, segurança alimentar, de produção, de comercialização, higieno-sanitárias, de bem-estar animal e outras, sem as quais corre-se o risco de destruir-se um equilíbrio socioeconómico necessário para o bem da humanidade.



ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano

PORCO PRETO – DL N.º 95/2014 DE 24 DE JUNHO

Nos últimos anos tem vindo a assistir-se a uma apetência e procura crescentes por parte dos consumidores em relação aos produtos (carne fresca e transformados) designados comercialmente por “Porco Preto”, facto que está indubitavelmente associado às características específicas decorrentes das raças dos animais em causa e do regime de exploração em que os mesmos são criados (extensivo).

Constata-se que a referida designação comercial vem sendo utilizada no mercado nacional de forma generalizada e indiscriminada em toda a cadeia alimentar, numa gama variada de produtos (carne fresca, preparados de carne e produtos à base de carne), sendo notório que com frequência existirá o recurso a matéria-prima nem sempre consentânea com os requisitos que se convencionou corresponderem ao conceito de “Porco Preto”, quer seja em termos das raças envolvidas, quer seja em termos do regime de exploração em que os animais são criados.

Verifica-se que o setor da restauração coletiva é claramente aquele em que estará mais disseminada a prática abusiva em causa, pelo que se impôs fazer frente a tal situação e prever igualmente disposições a esse nível.

Existindo na Comissão um registo relativo à DOP (Denominação de Origem Protegida) Carne de Porco Alentejano e todo um conjunto de outros registos DOP e IGP (Indicação Geográfica Protegida) nacionais, para produtos à base de carne cujo principal ingrediente é a carne de porco de Raça Alentejana, importa clarificar tratar-se de produtos marcadamente distintos (em termos de características/requisitos) dos que são abrangidos pelo presente diploma, evitando desse modo que o consumidor possa ser induzido em erro.

Depois de alguns anos a sensibilizar a tutela da necessidade da regulamentação no mercado da designação comercial “Porco Preto” uniram-se as vontades em torno da discussão. No processo de elaboração de uma proposta de regulamento, foram envolvidas as associações de produtores, representantes das indústrias, distribuição e consumidores, chegando a um consenso que esteve em consulta pública durante um ano. No passado dia 24 de Junho foi publicado o Decreto-Lei 95/2014, legislação que estabelece

“regras a que deve obedecer a denominação de venda dos géneros alimentícios provenientes de «porco preto», em estado fresco ou transformado”. Esta regulamentação é fundamental para evitar e punir a fraude, e devolver ao consumidor a genuinidade do “Porco Preto”.

Assim, a partir dessa data para os porcos e os produtos da sua transformação poderem ser comercializados com a designação “Porco Preto” têm de reunir as seguintes condições:

- As porcas (reprodutoras) têm de ser puras e registadas no Livro Genealógico da Raça Suína Alentejana;
- Os varrascos (reprodutores) podem ser puros de raça Alentejana ou Duroc, ou resultante do cruzamento destas duas raças (50% ou 75% Alentejana) desde que inscritos no Livro Genealógico ou certificados como válidos;
- Os animais para abate puros e cruzados têm de ser registados no Livro Genealógico de nascimentos do Porco Alentejano e seus cruzamentos, até ao desmame;
- As explorações têm de ser extensivas ou ao ar livre;
- As explorações intensivas só poderão obter a designação de produto “Porco Preto de Produção Intensiva”.

Os abates dos lotes de animais que pretendam utilizar a menção “Porco Preto” terão que ser acompanhados por um “Certificado de Abate” emitido pelo Agrupamento Complementar de Empresas do Porco Alentejano – A.C.E, entidade gestora do Livro Genealógico de Suínos da Raça Alentejana, que contenha o fator racial do lote em causa (% genética de Raça Alentejana) assim como o regime em que é produzido: extensivo ou intensivo. Este regime de produção originará uma classificação do lote de “Porco Preto” ou “Porco Preto de Produção Intensiva”, respetivamente, e condicionará a denominação comercial a utilizar nos rótulos dos lotes de produto transformado.

Esta denominação de venda pode também ser utilizada em matéria-prima ou produtos transformados provenientes do “Cerdo Ibérico” (Espanha) desde que seja cumprida legislação relativa à *Norma de Calidad para la carne, el jamón, la paleta y la caña de lomo ibérico* vigente e se faça equivalência quanto ao fator racial e manejo produtivo exigido pelo DL n.º 95/2014.



António José dos Santos | Administrador do GRUPO VALOURO

SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS EFLUENTES PECUÁRIOS NA FERTILIDADE DOS SOLOS

Para corresponder ao amável convite que me foi dirigido pela AJAP, a fim de me pronunciar sobre “o aproveitamento dos efluentes na fertilização dos solos”, decidi alinhar algumas ideias que tenho sobre o assunto, se bem que sejam do conhecimento de todos os agricultores, principalmente dos que trabalham com culturas de regadio e, de forma mais notória, também em clima mediterrânico.

E por que razão relevo o regadio e o clima mediterrânico quando me pronuncio sobre a importância do uso dos efluentes pecuários como fertilizantes?

São várias as razões que justificam a relevância da aplicação de correctivos agrícolas orgânicos - designadamente estrume de aviário natural ou, transformado - em culturas de regadio, nomeadamente na região sul de Portugal.

Em primeiro lugar, nesta região predominam solos muito pobres em matéria orgânica e conhecemos a importância do húmus na melhoria da estrutura dos solos, favorecendo,

nomeadamente, a retenção da água e dos nutrientes - o que, evidentemente, contribui para o crescimento das plantas, a minimização das perdas de nutrientes por lixiviação e a economia da água. Acrescente-se que, por apresentar o azoto na forma orgânica, os estrumes fornecem aquele elemento nutritivo de modo gradual, evitando assim a eventual poluição das águas. Quer dizer que a matéria orgânica não só beneficia as culturas como também é “amiga” do ambiente.

Acresce que os estrumes, nomeadamente de aves alojadas sobre cama, para além de melhorarem as propriedades físicas do solo, favorecem igualmente a vida biológica e fornecem múltiplos nutrientes - não só os macronutrientes principais (azoto, fósforo, potássio), mas também outros nutrientes (macronutrientes secundários e oligoelementos) igualmente importantes para a nutrição das plantas, mas escassamente presentes, ou mesmo ausentes, nos adubos minerais mais comuns.

Em segundo lugar, ao referir-me ao sul de Portugal, onde tenho mais experiência com a aplicação de estrumes, designadamente



na cultura do milho de regadio, importa ter presente que as características climáticas daquela região tendem a intensificar a mineralização da matéria orgânica. Isto implica maiores exigências na aplicação de fertilizantes orgânicos do que em regiões com clima mais frio e, em consequência, proporciona economia na aplicação de adubos minerais, especialmente significativa quando se trata de estrumes de aviário, dada a sua riqueza em elementos nutritivos.

Adoptando esta estratégia, em solos inicialmente com estrutura deficiente e baixa fertilidade, ao longo de uma década conseguem duplicar a produtividade obtida na cultura do milho.

Estes resultados vêm confirmar a ideia de que a matéria orgânica é a verdadeira base da fertilidade dos solos; de salientar que a expansão do regadio no Alentejo, na minha modesta opinião, deverá ser acompanhada por um aumento considerável do consumo de fertilizantes orgânicos, capazes de melhorar as propriedades dos solos e assim atingir elevadas produtividades, tornando as culturas rentáveis e competitivas no mercado global em que nos inserimos.

De referir ainda que, a fim de inactivar microrganismos patogénicos e destruir sementes de infestantes, importa que o estrume seja submetido a um adequado tratamento térmico (por compostagem, desidratação, granulação, etc.), especialmente no caso de ser aplicado na fertilização de culturas

hortícolas, e também de pomares, olivais e vinhas. Quando granulado, para além da higienização do estrume, a aplicação deste torna-se mais prática e permite que seja localizada.

Ao terminar, gostaria de salientar que, talvez por falta de experiência de campo, não raras vezes encontramos quem desconheça os benefícios agronómicos e ecológicos proporcionados pelos efluentes pecuários, o que, pelo menos em parte, poderá justificar a publicação de legislação desadequada da realidade (e.g. Port. nº 631/2009, respeitante aos efluentes pecuários não transformados) ou impondo exigências injustificadas à colocação no mercado dos estrumes compostados (D.L. nº 190/2004 e Port. nº 1322/2006). Trata-se de obstáculos que a AJAP poderá tentar remover, junto dos decisores políticos, em ordem a uma maior e mais fácil utilização dos efluentes pecuários nacionais, em substituição dos actualmente importados, com sublinhado para os estrumes compostados provenientes de Espanha, onde as condicionantes legais são mais simples do que as actualmente em vigor entre nós.

A superação das referidas dificuldades de índole burocrática assume especial oportunidade, agora que se anuncia a instalação no Alentejo de diversas explorações suinícolas, bem como a intenção de proceder à compostagem dos respectivos efluentes, misturados com biomassa vegetal de diversa origem.



fruitgrading

FRUITGRADING - UMA SOLUÇÃO DE BAIXO CUSTO
PARA O SECTOR DA FRUTA

Os produtores de frutas enfrentam as exigências cada vez mais elevadas dos consumidores que procuram fruta com um elevado nível de qualidade.

A solução FRUITGRADING permite classificar os diferentes tipos de fruta em função da sua qualidade, otimizando a separação da fruta de acordo com a categoria através da classificação das suas características internas.

Vantagens:

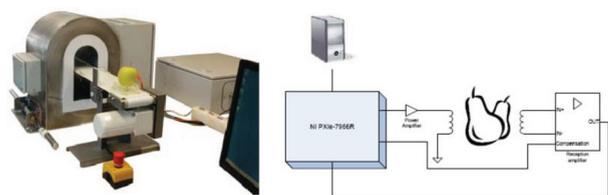
- Segmentação premium da fruta
- Tecnologia inovadora no sector frutícola
- Solução de baixo custo não destrutiva da fruta
- Padrões de qualidade
- Maior competitividade no sector frutícola

Neste projecto foram desenvolvidas duas tecnologias de baixo custo para analisar as características internas da fruta:

- MIS – baseado em Indução Magnética
- NIR – baseado em espectroscopia infravermelha

MIS – Magnetic Induction System

Medindo as propriedades eléctricas da fruta, o sensor capaz de fazer inferências sobre a estrutura celular e por conseguinte, prever as propriedades de maturação, como por exemplo a firmeza do fruto. O sensor MIS captura a informação das propriedades eléctricas da fruta usando correntes de Foucault induzidas por um campo magnético oscilante.

**Características**

- Sensor sem contacto
- O sistema consiste em 2 bobinas
 - Uma bobina transmissora no centro
 - Uma bobina de recepção cruzada no outro extremo

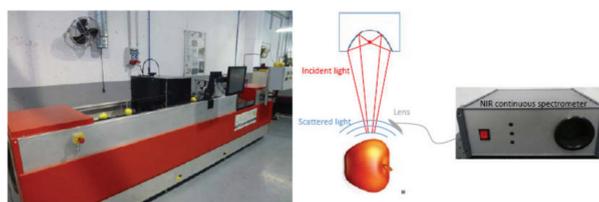
- Quando a amostra é introduzida no sensor MIS, a bobina transmissora gera um campo magnético em redor da fruta
- O campo magnético induz pequenas correntes que dependem das propriedades eléctricas da fruta, chegando a ser capazes de estimar:

- As propriedades de maturação da fruta
- A firmeza da fruta

- O uso de várias frequências simultâneas para conhecer as propriedades da fruta em vez de somente uma única frequência permite obter um espectro da fruta mais completo
- A degradação das paredes das células das frutas maduras pode ser detectada usando este sistema de multifrequências.

NIR – Near Infrared Spectroscopy

É conhecido que a luz dispersada pela superfície da fruta está directamente relacionada com parâmetros indicativos do estado de maturação e qualidade da fruta, como por exemplo o conteúdo em clorofila e açúcar, bem como a presença de defeitos internos. Baseado neste princípio, o sensor NIR é capaz de estimar o conteúdo em açúcar e a firmeza da fruta de forma não invasiva.

**Características**

- Sensor sem contacto
- O sistema está formado por vários componentes:
 - Lâmpada, reflector
 - Lentes e fibra óptica
 - Espectrómetro NIR
- Ao introduzir a fruta no sensor NIR, a luz emitida pela lâmpada de tungsténio é utilizada para irradiar a superfície da amostra
- A luz reflectida é analisada para estimar propriedades como:
 - Conteúdo de açúcar
 - Firmeza da fruta.



Fátima Vila Maior | Directora de Área de Feiras da AIP – Feiras, Congressos e Eventos, Responsável pelo Portugal Agro

PORTUGAL AGRO – FEIRA INTERNACIONAL DA AGRICULTURA E DAS REGIÕES

‘Os melhores produtos à mão de semear’ e ‘Os melhores negócios à mão de semear’ são as frases chave para uma nova iniciativa, a realizar na FIL, entre os dias 20 e 23 de Novembro. Qualidade, tradição, rejuvenescimento, negócio e festa vão encantar Lisboa.

O projecto Portugal Agro – Feira Internacional da Agricultura e das Regiões, com a sua primeira edição entre os dias 20 e 23 de Novembro, pretende desafiar todos os sectores agrícolas e agropecuários de Portugal e projectar-se como uma grande mostra agregadora da produção nacional, dos produtos e recursos nacionais, visando estimular a capacidade produtiva das várias regiões, promovendo para os profissionais e grande público a excelência dos nossos produtos e da nossa tradição aliada à inovação, mostrando o mais genuíno do nosso País.

Num mundo em permanente mudança, a Fundação AIP, através da AIP – Feiras, Congressos e Eventos, tem como dever trabalhar e desenvolver as mais variadas acções para o dinamismo da nossa economia e, neste caso, para a enorme relevância que tem o sector agrícola e dos bens que produz, pela criação de novos empregos e seus efeitos na balança comercial.

As mudanças estão sempre associadas ao saber das mais antigas tradições com as descobertas e progresso dos mais recentes equipamentos e tecnologias, mas essencialmente ao valor que os mais jovens aportam com o seu dinamismo, novas ideias e empreendedorismo que, sem receio, trilham caminhos apontando novos rumos.

A exigência da competitividade empresarial num mundo global não se faz de costas voltadas e para abordar novos mercados tem de haver a nível interno um trabalho de equipa, com estratégias bem definidas e sólidas. O jovem agricultor, fazendo parte desta grande equipa, conferindo massa crítica, qualificação e conhecimento é reconhecido como um dos principais actores desta missão.

É este jovem empresário rural que contribui para o desenvolvimento das diversas zonas de Portugal atraindo novos consumidores nacionais ou estrangeiros e potenciando assim a internacionalização e promovendo as exportações.

Esta grande montra de produtos da nossa terra conta também com o envolvimento e estímulo do Ministério da Agricultura e do Mar, o patrocínio oficial da Caixa de Crédito Agrícola e a participação operacional de meia centena de entidades e organismos regionais e sectoriais.

Pretendemos com o Portugal Agro dar a conhecer aos actuais e futuros profissionais deste sector as novas tecnologias e equipamentos para o seu trabalho, fomentar parcerias, dar voz ao conhecimento e debate de ideias, mostrar aos empresários de outros mercados e turistas a marca de cada região e a excelência dos seus produtos, mas também trazer até ao público final as verdadeiras origens do que consomem e um conhecimento mais profundo e real do que de melhor se produz na nossa terra.

A região Metropolitana de Lisboa conta com uma população de 2,8 milhões de habitantes e só na capital residem mais de 500.000 pessoas, mostrando cada vez mais sinais de rejuvenescimento e com um crescimento de jovens residentes. São estas pessoas que, por saudade ou desconhecimento, querem experimentar os paladares, os aromas e a verdadeira essência dos melhores produtos do nosso País.

É desta forma que queremos trazer o campo à cidade, ‘semeando’ na FIL – Feira Internacional de Lisboa, novas rotas através de mostras de equipamentos e serviços, fóruns e eventos técnicos, em conjunto com espaços gastronómicos e de espectáculos. Vamos cultivar negócio e fazer do Portugal Agro uma festa para todos.



PORTUGAL
agro uma ligação forte
à nossa terra

AJAP ASSINA PARCERIA COM PORTUGAL AGRO

A AJAP associa-se à Portugal Agro, o evento irá juntar a agricultura nacional e os seus principais agentes na capital, aumentando assim a visibilidade de um sector que apresenta um grande potencial de internacionalização, que se pode revelar fundamental na economia do país e proporciona a promoção das regiões, dos produtos e dos eventos a nível nacional.



AJAP ENTRE AS PERSONALIDADES QUE SE DESTACARAM EM PORTUGAL E NO ESTRANGEIRO

No âmbito do Programa Oficial das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, nos



passados dias 9 e 10 de Junho, Ricardo Brito Paes, Presidente da AJAP foi convidado para um almoço onde o Presidente da República se reuniu com personalidades que, ao longo do último ano, se destacaram em Portugal e no estrangeiro no âmbito das suas actividades profissionais.

No encontro, que decorreu no Antigo Paço Episcopal da Guarda, o Chefe de Estado, reconheceu e valorizou o trabalho da AJAP em prol da Agricultura e dos Jovens Agricultores.

PROJECTO "JOVEM AGRICULTOR EM REDE" DIVULGADO NA FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA

Realizou-se, no início de Junho, a 51ª Feira Nacional de Agricultura/61ª Feira do Ribatejo, este ano sob o tema "Produção Nacional".

A AJAP, à semelhança dos anos anteriores, marcou presença no certame, onde apresentou um dos seus projectos em curso "Jovem Agricultor em Rede", reforçando o seu empenho no acompanhamento dos Jovens Agricultores e manutenção do mundo rural.



Para mais informação consultar site jovemagricultoremrede.net

CENTRO DE FRUTOLOGIA COMPAL DISTINGUE PROJECTOS DA ACADEMIA 2013/14

O Centro de Frutologia Compal distinguiu os três projectos que mais se destacaram na 2ª Edição da Academia do Centro de Frutologia Compal, com a atribuição de bolsas de instalação no valor de 20.000€ a cada vencedor.



A AJAP felicita os 12 formandos da Academia da Compal e em especial os 3 vencedores das bolsas, Filipe Alves, Ricardo Tojal e Aurora Santos, os fruticultores cujos projectos mais se destacaram.



Firmino Cordeiro | Director-Geral da AJAP

AGRICULTURA FAMILIAR – COMEMORAÇÕES DO PRESENTE/EFEITOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Um dos aspectos definidos no conceito de Agricultura Familiar, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, refere que este tipo de explorações é gerido pela família, sendo que, na sua maior parte o trabalho depende de mão-de-obra familiar não assalariada.

Temos as maiores dúvidas se a exploração da Rainha de Inglaterra, e inúmeras explorações em Portugal, nos restantes países da Europa e do Mundo, apesar de serem geridas por famílias, devido à dimensão, ao peso económico e à utilização praticamente exclusiva de mão-de-obra assalariada, podem ser consideradas explorações familiares.

É nosso entendimento que o apelo e o desafio que a Assembleia Geral das Nações Unidas pretendeu lançar aos responsáveis governantes a nível mundial, é muito simples: dada a importância que este modelo de agricultura encerra, nomeadamente no combate à fome e à pobreza no mundo, à desertificação de muitas regiões, e o contributo para a preservação dos recursos naturais, a baixos custos, deve ser mais apoiada e estimulada em todo o Globo.

Criar mais mecanismos de ajuda e sinergias à escala mundial, para este modelo de agricultura, permite garantir mais alimentos, combater mais eficazmente a pobreza e uma melhor protecção da biodiversidade.

Os responsáveis governamentais em Portugal e na Europa, não só devem dar este exemplo ao mundo, dentro do possível, como devem colocá-lo em prática e servir de referência.

Importa nesse sentido criar mecanismos e quadros de apoio mais assentes neste conceito. Os cidadãos europeus facilmente percebem que, se a utilização dos fundos comunitários puder reflectir-se positivamente no seu dia-a-dia, mesmo não sendo beneficiários directos, todas as pessoas e o território europeu ficam a ganhar.

A Europa deve caminhar nesse sentido, só assim se pode tornar mais homogénea e equilibrada, onde as grandes assimetrias entre países e entre regiões se podem ir diluindo cada vez mais.



Dessas profundas convicções e práticas pode resultar uma posição forte da Europa perante os restantes países. Nos grandes fóruns mundiais a Europa deve dar o exemplo, o que nem sempre tem acontecido.

Em Portugal, este novo quadro de programação 2014-2020 tenta aproximar-se destas preocupações, no entanto pensamos que poderia ter sido mais ambicioso em alguns aspectos, nomeadamente: no acompanhamento aos Jovens Agricultores recém-instalados e a instalar; na simplificação dos programas dirigidos aos pequenos agricultores, bem como no tratamento dos seus Projectos de Investimento, devido à alteração de um modelo central, passando a ser da responsabilidade dos GAL, sem a devida preparação destas estruturas para este tipo de Projectos e no apoio ao investimento na transformação dos produtos produzidos nas explorações agrícolas.

Por fim, a AJAP ainda aguarda que o Governo, tendo um novo quadro de apoio pela frente, não se dê ao luxo de desperdiçar os impactos positivos que a figura do Jovem Empresário Rural pode trazer ao mundo rural.

Todas estas preocupações são legítimas, vão ao encontro do conceito de Agricultura Familiar, mas acima de tudo vão ao encontro das necessidades reais do nosso espaço rural.

Amanhã pode ser tarde, e os nossos filhos vão perguntar-nos porque destruímos e abandonámos a maior parte do nosso território.



PORTUGAL
agro uma ligação forte
à nossa terra

*Feira Internacional das
Regiões, da Agricultura
e do Agro Alimentar*



20 - 23 NOV 2014
FIL | PARQUE DAS NAÇÕES

*Bons produtos e bons negócios
à mão de semear.*

Saiba mais em www.portugalagro.fil.pt

ORGANIZAÇÃO:



COM O ALTO PATROCÍNIO DO:



PATROCINADOR OFICIAL:



ENTIDADES PARCEIRAS:



MEDIA PARTNERS:



TRANSPORTE OFICIAL:

